

**Kátia Viviane da Silva
Vanzini**

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-7625-7281>
Universidade Estadual
Paulista

Danilo Rothberg

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-3103-8154>
<http://www.faac.unesp.br>
Universidade Estadual
Paulista

**Conversa o política em páginas
de juventudes partidárias
no Facebook: testando
ideais habermasianos**

**Political conversation on youth
pages of political parties on
Facebook: testing
Habermasian ideals**

**Conversación política en páginas
juveniles de partidos políticos
en Facebook: poniendo a prueba
los ideales habermasianos**

RESUMO

A literatura especializada tem acentuado a dificuldade de realização do potencial da internet para o desenvolvimento da conversação política com argumentação, tolerância e reciprocidade, qualidades desejáveis à deliberação pública, tal como ela tem sido idealizada em termos habermasianos. Apresentamos os resultados de pesquisa empírica sobre páginas oficiais de juventudes partidárias no Facebook que empregou análise de conteúdo para diferenciar as finalidades das postagens e distinguir características dos comentários, com o objetivo geral de verificar a qualidade de espaços que, por sua vinculação às instituições políticas formais, poderiam exibir características promissoras para a conversação política. Os resultados indicam a prevalência de uso da rede pelos partidos para divulgação de serviços públicos e promoção institucional, em detrimento das formas de diálogo. Nos comentários, foram identificadas características que sugerem o efeito de filtros-bolha e câmaras de eco, que tendem a dificultar o surgimento de condições propícias à conversação política. **Palavras-chave:** Deliberação, Conversação política online, Juventudes partidárias.

ABSTRACT

The literature has stressed the difficulty of realizing the potential of the internet for the development of political conversation with argumentation, tolerance and reciprocity, qualities that are desirable for public deliberation, just as it has been idealized in Habermasian terms. We present the results of empirical research on official pages of youth groups of political parties on Facebook that used content analysis to differentiate the purposes of the posts and assess characteristics of the comments, with the general objective of verifying the quality of spaces that, having a link to the formal political institutions, could display promising features for political conversation. The results indicate the prevalence of internet use by parties to publicize public services and institutional promotion, to the detriment of the forms of dialogue. In the comments, characteristics were identified that suggest the effect of bubble filters and echo chambers, which tend to hinder the emergence of conditions conducive to political conversation.

Keywords: Deliberation, Online political conversation, Party youths.

RESUMEN

La literatura especializada ha acentuado la dificultad de darse cuenta del potencial de internet para el desarrollo de la conversación política con argumentación, tolerancia y reciprocidad, cualidades deseables para la deliberación pública, tal como se ha idealizado en términos habermasianos. Presentamos los resultados de una investigación empírica en páginas oficiales de grupos de jóvenes de partidos políticos en Facebook que utilizó análisis de contenido para diferenciar los propósitos de las publicaciones y distinguir características de los comentarios, con el objetivo general de verificar la calidad de los espacios que, a través de su vinculación para las instituciones políticas formales, podrían mostrar características prometedoras para la conversación política. Los resultados indican la prevalencia del uso de la red por partidos políticos para dar a conocer los servicios públicos y la promoción institucional, en detrimento de las formas de diálogo. En los comentarios se identificaron características que sugieren el efecto de los filtros de burbujas y las cámaras de eco, que tienden a dificultar el surgimiento de condiciones propicias para la conversación política.

Palabras llave: Deliberación, Conversación política en línea, Grupos de jóvenes de partidos políticos.

Submissão: 7-12-2020

Decisão editorial: 8-6-2021

Introdução

A literatura especializada tem acentuado a dificuldade de realização do potencial das tecnologias de informação e comunicação, em particular as plataformas de redes sociais na internet, para o desenvolvimento da conversação política, apesar das vantagens que elas podem trazer em termos de descentralização, baixo custo, horizontalidade das relações e imediatismo.

Destacam-se, entre essa literatura, pesquisas empíricas que têm sugerido a existência de aspectos positivos para a organização e mobilização de movimentos sociais em várias partes do planeta, inclusive no Brasil, visíveis na projeção de lutas e no aumento do número de pessoas engajadas nas diversas causas. Mas os estudos também indicaram aspectos negativos, notadamente a frustração de expectativas de que as redes trariam a possibilidade de revitalização do debate democrático, diante da constatação de cada vez mais espaços de conversação que raramente exibem qualidades típicas da deliberação habermasiana, como argumentação, tolerância e reciprocidade.

Movidas pelas teorizações que contribuiriam para idealizar o potencial das plataformas de rede social para dinamizar a conversação política nas demo-

cracias contemporâneas, as investigações têm se debruçado sobre numerosos redutos de debates. São páginas oficiais de mandatários analisadas em momentos cruciais da vida política de um país; de movimentos sociais surgidos para facilitar a ocupação temporária de espaços públicos; de iniciativas de reação e protesto contra arbitrariedades impostas por governos eleitos e não eleitos; de discussões em torno de projetos em tramitação legal mantidas por sistemas oficiais de instituições políticas formais etc. Em comum, os estudos buscaram, de forma geral, obter subsídios para responder uma questão central de pesquisa: onde, quando e em quais condições os espaços de conversação política encontrados na internet apresentam qualidades desejáveis à deliberação pública, tal como ela tem sido idealizada em termos habermasianos?

Nesta busca, se inscreve nossa pesquisa, desenvolvida com o objetivo de verificar a qualidade de espaços que, por sua vinculação às instituições políticas formais, poderiam exibir características promissoras para a conversação política¹. As unidades de investigação são as postagens e os comentários publicados em páginas oficiais no Facebook das juventudes partidárias, segmentos jovens formalmente vinculados aos partidos políticos, ainda pouco enfocados pelas pesquisas acadêmicas. A metodologia de pesquisa é a análise de conteúdo, orientada por categorias específicas formuladas com base na literatura da área.

¹ A pesquisa integrou as etapas de uma tese de doutorado defendida em programa de pós-graduação em comunicação, realizada pela primeira autora, com a orientação do segundo autor. Os autores agradecem à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela bolsa concedida (Processo n. 16/09134-8).

No percurso do artigo, teorizações pertinentes são revisadas; a metodologia de pesquisa é caracterizada; os resultados são apresentados e comentados à luz de estudos anteriores; e as considerações finais brevemente comentam limites do desenho de pesquisa e sugerem caminhos para pesquisas futuras.

Teorizações pertinentes

A divisão entre visões pessimistas e otimistas em relação às perspectivas de uso da internet para o fortalecimento da democracia esteve presente desde os primeiros anos das pesquisas em comunicação e política focadas sobre o uso da rede (NORRIS, 2001). Mesmo evitando reforçar essa dicotomia, tendo em vista que são possíveis matizes e contradições, a revisão da literatura aqui empreendida não pode ignorá-la por completo, dado que há evidências em âmbito nacional e internacional suportando ambas as visões.

Uma investigação comparativa sobre a realidade de jovens do Canadá, França, México e Suécia ilustra o paradoxo das promessas da internet, já enunciadas pela OCDE (2003) nos primórdios das pesquisas sobre o tema. Quando responderam aos questionários aplicados pelos pesquisadores, 4637 jovens sustentaram majoritariamente que valorizam os espaços virtuais de conversação online porque permitem a livre expressão de suas identidades, experiências e interesses. No entanto, “o recurso à Internet para participar em debates públicos não constitui uma prática enraizada entre a população de estudantes inquiridos” (FRENETTE; VERMETTE, 2013, p. 22). No Chile, Halpern, Rosenberg e Cardini (2013) avaliaram que muitos dos movimentos sociais que exploram a internet podem ser definidos como “ativismo de poltrona”, devido ao

baixo nível de comprometimento de seus participantes, que limitam sua atuação à expressão online.

Examinando várias partes do planeta, a Organização das Nações Unidas (UN, 2014) confirma o crescimento do número de práticas de participação política potencializadas pela tecnologia, mas salienta que apenas jovens mais bem preparados para trabalhar com as ferramentas poderiam contribuir para a ampliação das práticas democráticas, ao produzir conteúdo relevante e disseminá-lo. A ONU indica que a exclusão tecnológica se soma à exclusão cognitiva, ambas ainda agravadas por censura, perseguições, violência e vigilância governamental e corporativa, obstáculos que eventos posteriores vieram a sublinhar. Fuchs (2016, p. 58) identificou a importância das plataformas de redes sociais na criação de esferas públicas potencializando a organização de mobilizações de milhões de pessoas em todo o globo, mas adverte que isso tornaria os movimentos sociais mais vulneráveis às formas de controle corporativo e estatal, “que limitam, feudalizam e colonizam essas esferas públicas”.

No Brasil, a literatura com frequência esteve alinhada ao otimismo durante as décadas de 2000 e 2010 (RECUERO, 2012). Mas, paulatinamente os estudos foram revelando espaços tomados por discursos de ódio (SILVA; SAMPAIO, 2017), apesar do compromisso sustentado pelas plataformas de redes sociais para o enfrentamento do fenômeno (SILVA et al., 2019).

Parte do otimismo veio do lado da análise dos alegados progressos de movimentos sociais no país. Pereira (2011) sugere que a apropriação das tecnologias por eles foi estratégica por oferecer mais possibilidades de interação e facilitar a divulgação de suas ações. Segundo a revisão de Luvizotto (2016, p. 309),

muitos deles devem sua expansão à “comunicação de atores sociais no processo de criação, organização e disseminação de suas demandas políticas e sociais”, e as tecnologias estariam atraindo pessoas antes à margem das causas então acionadas.

Vasconcelos Filho e Coutinho (2016) veriam impacto em duas frentes no país: organização de mobilizações off-line e espaço para tematizar e articular demandas, enquanto Simões e Campos (2016) elencam até oito frentes: debate e reflexão; organização e logística; comunicação; recrutamento; mobilização; propaganda e representação pública do coletivo; redes sociais; e eventos. A variedade digital não elimina o risco do “ativismo de sofá”, em função do “caráter inconsequente e pouco comprometido de várias práticas digitais, sobretudo se não acompanhadas por mobilização e participação off-line” (SIMÕES; CAMPOS, 2016, p. 146), aspecto reiterado por Oliveira et al (2016), que, em sua amostra empírica da capitais da região sul, assinalam que o uso das tecnologias pode ser considerado bem-sucedido à medida que fortaleceu atividades já existentes off-line, ao atraírem, para estas, pessoas antes desengajadas.

Rossini e Oliveira (2016) avaliaram a qualidade dos debates no E-Democracia, sistema oficial de consultas públicas e debates da Câmara dos Deputados no Brasil, sobre propostas de reforma política. Os debates foram considerados civilizados, cooperativos e dialógicos.

Examinando o uso do Facebook pelo movimento de ocupação das escolas públicas paulistas por alunos em protesto contra reformas no ensino, Altheman, Martino e Marques (2017, p. 89) o consideraram uma forma positiva de “engajamento micropolítico

dos jovens que mistura anonimato, confiabilidade, personalização e experimentação de linguagens". Sobre o mesmo movimento, Rabin e Bacich (2018, p. 41) verificaram que as redes sociais "foram usadas desde o começo para trocar informações, combinar estratégias e, acima de tudo, fortalecer uma rede que tomou proporções para ocupar, além do espaço digital, o espaço físico e político da escola".

Maia e Rezende (2015), ao avaliarem os comentários postados em blogs, YouTube e Facebook em repercussão a falas racistas e homofóbicas do então deputado federal Jair Bolsonaro, constataram que, em espaços onde o anonimato é assegurado, tende a haver menos disposição para trocas argumentativas, o que sugere a relevância de observar a influência das próprias configurações da rede social para a qualidade do debate.

Em pesquisa que avaliou o uso do Facebook durante a ocupação do Complexo do Alemão por Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro, Silva e Gonzalez (2016) evidenciariam que a página criada pelos jovens moradores auxiliou a divulgação de informações e denúncias, mas não foi capaz de incentivar o estabelecimento de discussões contextualizadas. Embora a página possa ter apresentado potencial de se tornar um espaço de aprendizado político, os autores sugerem que tal situação só poderia se concretizar se houvesse interesse do usuário em se engajar, mas a motivação para tanto não surgiria espontaneamente da navegação online.

De fato, análises sugerem que a própria arquitetura das redes e o modo de seu acompanhamento tenderia a favorecer a manifestação episódica, desconexa de processos de argumentação: o

“comentário social segue rapidamente a cronologia dos eventos, enquanto eles estão se processando e as pessoas tomando posição a respeito dos fatos que estão acontecendo” (GOMES, 2016, p. 381). Os conteúdos de tais comentários, nesse sentido, tenderiam a ser banais, mais facilmente suscetíveis ao preconceito associado à exposição egocêntrica e à incivildade, o que dificultaria a utilização de tais espaços para o debate de ideias. “O Facebook facilita essa construção de si mesmo criando uma arquitetura de divulgação que incentiva os usuários a compartilharem informações sobre si mesmos” (MARICHAL, 2016, p. 7). Embora o Facebook possa dar aos usuários a ilusão de estarem conectados a uma dimensão pública, “ao mesmo tempo lhes permite apresentar-se a um público pré-selecionado, uma esfera inerentemente privada” (MARICHAL, 2016, p. 33). Um dos efeitos seria, justamente, a passividade social: o usuário evitaria se comprometer em causas públicas e não se interessaria por acessar ou até mesmo tentar compreender posicionamentos diferentes dos seus. “O grande perigo disso para a vida democrática é a ilusão de envolvimento pessoal, quando na realidade estamos nos envolvendo com públicos pré-selecionados; podemos ‘desligar’ e não estar realmente envolvidos na prática de ouvir” (MARICHAL, 2016, p. 156).

O pessimismo viria também do receio de que as plataformas de redes sociais tendam a ser usadas majoritariamente como “passatempo articulado pela forma mercadoria, cujo conteúdo é estético e o sentido social é a popularidade” (RÜDIGER, 2015, p. 33). Em busca de popularidade, os usuários tenderiam a se expor ao máximo, priorizando aspectos supostamente mais atraentes, um sintoma do culto ao indivíduo. “O

narcisismo coletivo que as movimenta se caracteriza por fazer de espelho os olhos alheios" (RÜDIGER, 2015, p. 44). Isto faria, das redes, próteses sociotécnicas de inspiração narcisística, e seu uso enfraqueceria o senso de ação coletiva necessário ao engajamento em debates políticos.

Os "internautas se utilizam do Facebook para se manterem informados sobre os mais variados assuntos ou transmitindo as informações, mas não necessariamente se envolvendo de forma intensa nas questões expostas", sugerem Penteado e Avanzi (2013, p. 20). Sobretudo, indivíduos que apresentam contribuições centradas apenas de acordo com suas experiências e suas concepções de conduta ética tenderiam a se expressar por estratégias de imposição de seus pontos de vista, desconsiderando "condições de comunicação capazes de proporcionar o exame público e coletivo das perspectivas de cada um", segundo Marques, Mafra e Martino (2017, p. 91).

Para Sibilia (2008, p. 36), os usuários de redes sociais buscam a espetacularização do eu, na tentativa de assegurar visibilidade: "os habitantes desses espaços montam espetáculos de si mesmos para exibir uma intimidade inventada". Esse comportamento estaria associado a "passividade e desinteresse por assuntos públicos e políticos" (SIBILIA, 2008, p. 76).

A influência da arquitetura de sites de redes sociais conforme sugerido por Marichal (2016) potencializaria também o efeito, inclusive no Brasil, dos chamados filtros-bolha (ANTUNES, 2016; PARISER, 2011; RECUERO; ZAGO; SOARES, 2017). Apesar da crença otimista de que as plataformas de redes sociais possibilitariam a produção de conteúdos com alegada autonomia, livres do jugo das mídias industriais, os al-

goritmos criados pelas corporações proprietárias das plataformas conduzem a navegação na internet. A partir de princípios como “popularidade automatizada (número de cliques) e conectividade (número de relacionamentos), as plataformas on-line tornam-se as artérias de um novo fluxo ‘on-line’ social - capacitando, promovendo, distribuindo e orientando os dados” (COULDRY, VAN DIJCK, 2015, p. 3). Tais princípios funcionariam como agentes editoriais, “poderosos gatekeepers, que controlam uma cadeia verticalmente integrada de plataformas e algoritmos de busca, permitindo que eles definam as condições para o tráfego on-line” (COULDRY; VAN DIJCK, 2015, p. 4).

Por meio de algoritmos, as plataformas de redes sociais determinariam o perfil dos usuários, disponibilizando “conteúdos relacionados às suas preferências e descartando produtos, ideias e conhecimentos contrários a seus gostos (ANTUNES, 2016, p. 192), o que culminaria em bolhas de conhecimento ou filtros-bolha.

Recuero, Zago e Soares (2017, p. 7) indicam que a combinação da filtragem operacionalizada pelos usuários com aquela dos algoritmos levaria ao consumo de conteúdos cada vez mais personalizados, o que muitas vezes permanece invisível aos usuários, potencializando as chamadas câmaras de eco, que se constroem pela reiteração de visões similares originadas de todos os lados. O fenômeno tende a gerar a impressão de que todos na rede compartilham dos próprios pensamentos, além da percepção de que ideias aparentemente destoantes daquelas difundidas em uma bolha são minoritárias e, assim, devem ser desconsideradas. Embora as plataformas de redes sociais pudessem ser consideradas novos ambientes democráticos, a “combinação de filtros sociais, algoritmos e

preferências pessoais pode trazer obstáculos ao acesso a informações" (RECUERO, ZAGO e SOARES, 2017, p. 7)

Para que os espaços proporcionados pelas redes sociais desenvolvessem o potencial de propiciar debates democráticos, seria preciso haver um ambiente favorável à consideração da opinião do outro. Mas a literatura sugere que os filtros-bolha tendem a gerar um ambiente de navegação não necessariamente compatível com tal necessidade. "A democracia requer uma confiança em fatos compartilhados; em vez disso, estão sendo oferecidos universos paralelos, mas separados" (PARISER, 2011, p. 3). Assim como os algoritmos influenciam a seleção dos anúncios recebidos pela internet, as informações compartilhadas nas mídias sociais também influenciariam o cardápio de novas informações, de modo que o efeito filtro-bolha criaria um "único universo de informações para cada um de nós (...) que altera fundamentalmente a maneira como encontramos ideias e informações" (PARISER, 2011, p. 5).

"A impressão que se cria é que a maioria está ao seu lado, e o seu lado é o lado que sabe a verdade. A militância do outro passa a ser encarada como fraca, quase inexistente, uma vez que você não a vê mais" (BRUGNAGO, CHAIA, 2015, p.123). Tal quadro também incentivaria a polarização e radicalização de posicionamentos, sob a esteira do conforto psicológico advindo da convivência com aqueles percebidos como iguais. "As bolhas de conhecimento também impactam na ideologia política. Desse modo, não importa a veracidade da informação, mas, sim, o quanto ela conforta o usuário e o grupo no qual se insere" (ANTUNES, 2016, p.200).

Observado globalmente, o fenômeno também é verificado no Brasil, desde ao menos 2013, quando a sociedade começou a ser “dividida aos olhos das discussões ideológicas em dois grandes blocos: ‘coxinhas’ e ‘petralhas’”. Quem não se encaixa em um desses dois grupos se torna uma anomalia política, um alienado”, sugerem Brugnano e Chaia (2015, p. 107). Em grupos estudados por Barros e Carreira (2016), “os participantes reproduziram discursos *like-minded* a fim de manter o grupo mais homogêneo, criar resistência e manter distantes opiniões contrárias”. Este cenário, que se assemelha àquele analisado por Marichal (2013), sugere a existência de um percurso de navegação que levaria o usuário a “se afiliar a grupos que apoia, mas não ajuda a encontrar instâncias que tenham conversas ‘transversais’ que, em última análise, levam a democracias mais vibrantes e mais saudáveis”. Já o quadro caracterizado por Penteado e Avanzi (2013, p. 19) é marcado pela existência de “mensagens apresentam trocas simplórias de informação ou argumentação, evidenciando baixa qualidade do debate público”. E as discussões políticas observadas por Recuero (2013, p. 2) revelaram “formas de violência online sem precedentes com grande repercussão na mídia em todo país”, conformando o que já era intuído como um espaço “frutífero para a emergência de discussões inflamadas, discursos agressivos e ofensivos e mesmo, pela propagação da violência”. Este cenário não favoreceria a criação de capital social, qualidade advinda da cooperação social, que tende a facilitar a busca de objetivos coletivos (RECUERO, 2013).

Em geral, estes estudos sustentam o questionamento de até que ponto a polarização intensificada

durante e após as eleições presidenciais de 2014 no Brasil teria comprometido o potencial das redes para a promoção de qualidades necessárias ao debate democrático. O uso das redes sociais como próteses sociotécnicas de inspiração narcisística conduziria à antítese da constituição de esferas públicas nos termos da idealização habermasiana de democracia deliberativa, dependente de um entendimento “que seja livre de coerções e violências de toda sorte (racionalidade comunicativa), fundado na igualdade entre parceiros de interlocução que se atribuem reciprocamente o status de moralmente dignos de serem ouvidos e considerados”, conforme a leitura de Marques, Mafra e Martino (2017, p. 79).

Sobretudo, a importância de incentivar o engajamento na manutenção da vitalidade democrática traz a necessidade de maximização da exploração das tecnologias para favorecer a conversação democrática e o desenvolvimento de qualidades típicas da deliberação de inspiração habermasiana, como respeito, tolerância e reciprocidade (MARQUES, MAFRA; MARTINO, 2017).

Habermas (1997) sugere que o consenso público em esferas deliberativas deve ser obtido a partir de uma pluralidade de formas comunicativas, “não somente pela via de uma autocompreensão ética mas também mediante o equilíbrio de interesses e compromissos, mediante a escolha racional de meios com respeito a um fim, mediante justificações morais e exames de consciência jurídicos” (HABERMAS, 1997, p. 45), ou seja, um modelo centrado nas condições comunicacionais que podem gerar resultados racionais. A esfera pública seria a geradora do poder legítimo, onde ocorreria o intercâmbio de discursos.

Fishkin (2015, p. 50) define deliberação como “o processo pelo qual os indivíduos ponderam os méritos de argumentos conflitantes em discussões em grupo”. Entre as condições de um processo deliberativo de qualidade, o autor enumera a informação precisa, ampla e relevante sobre um assunto; o equilíbrio na troca de argumentos; diversidade de pontos de vista; a consciência na ponderação do mérito dos argumentos apresentados; e a consideração igualitária: “até que ponto os argumentos oferecidos por todos os participantes são considerados por méritos, independentemente de quais participantes os apresentaram” (FISHKIN, 2015, p. 50).

Para Habermas (1997), a legitimação do processo democrático ocorreria por meio da formação democrática da opinião e da vontade na esfera pública, que teria também o papel de monitorar o poder político, a elaboração e aplicação de políticas públicas. Entre as dificuldades apontadas pelo autor para que o potencial da democracia deliberativa seja atendido, estariam as diferentes capacidades cognitivas dos participantes; se e quanto tempo a pessoa está disposta a oferecer à preparação e participação em processos deliberativos; o nível de interesse e o acesso a informações essenciais. O conceito de esfera pública envolve uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeitadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92).

Diante da dificuldade de realização de uma única esfera pública, Fraser (1992) propõe a existência de uma multiplicidade de arenas públicas, onde podem atuar associações e outras formas de organiza-

ção que procurariam ocupar e atender demandas ignoradas pelo Estado. As múltiplas esferas poderiam ter a potencialidade para promover igualdade participativa, autonomia, independência e legitimidade de suas ações.

Outros autores defendem as potencialidades de espaços menos formais para o exercício da deliberação pública, como as conversações cotidianas, que podem ser “uma parte crucial do amplo sistema deliberativo de que as democracias necessitam se o cidadãos devem, em qualquer sentido, se autogovernarem” (MANSBRIDGE, 2009, p. 207). São trocas entre cidadãos sobre temas de seu interesse que podem apontar caminhos para as leis, projetos e políticas públicas. Segundo Mansbridge (2009), os quatro princípios normativos do procedimento deliberativo se aplicariam nas conversações cotidianas, quais sejam: liberdade, racionalidade, igualdade e consensualidade.

As redes de múltiplos públicos e conversações cívicas são consideradas por Benhabib (2009) como correlatos importantes da deliberação pública, porque incentivariam a troca de informações, abririam espaço para diversos pontos de vista e incentivariam resultados que seriam mais aptos a atender a maioria.

A ONU (UN, 2014) sustenta que o poder de atração das tecnologias deveria ser empregado por meios criativos para encorajar o jovem a desenvolver qualidades necessárias à deliberação pública. Tais meios incluiriam espaços de debate para o público jovem sobre políticas públicas, criados pelas instituições políticas formais, incluindo partidos políticos, que poderiam manter canais falando sua língua, nos quais pudesse se informar e se manifestar sobre temas de seu interesse, ampliando as oportunidades de exercício do direito à informação, expressão e comunicação.

Lastreados nesta expectativa, elegemos como objeto de estudo as páginas dos grupos de juventudes partidárias no Brasil, amostra caracterizada na

Metodologia

Uma busca exploratória inicial foi realizada para identificar a existência de páginas oficiais das chamadas juventudes partidárias (PT Jovem, Juventude PSDB etc.), no Facebook, de partidos políticos que haviam declarado publicamente seu interesse em apresentar candidatura própria à Presidência da República no período determinado para realização de análise (março de 2017 a fevereiro de 2018), período escolhido por conveniência. Esta decisão metodológica conduziu à delimitação em 21 partidos, a saber: DEM; MDB; Novo; PCdoB; PDT; PMN; PPL; Podemos; PPS; PRB/PP; PRTB; PSC; PSDB; PSDC; PSL; PSOL; PSTU; PT; PTC; Rede; e Solidariedade.

O próximo passo foi excluir, desse universo de páginas oficiais voltadas ao jovem no Facebook de 21 partidos políticos, aquelas que, durante o período determinado para análise, exibissem menos de dez atualizações, número definido arbitrariamente como mínimo necessário para ser considerado como indicador de atividade efetiva da página. Este critério resultou na delimitação do corpus de análise em oito páginas oficiais, a saber: DEM; MDB; PDT; PP; PSC; PSDB; PSTU; PT.

Durante o período de coleta de dados do corpus assim delimitado, foram encontradas 1471 postagens, número que corresponde ao total publicado no período.

Classificamos esse total em três categorias de finalidades, compostas com base em Grunig, Ferrari e França (2011), a saber: divulgação de serviços públicos; promoção institucional; diálogo com o usuário.

Grunig, Ferrari e França (2011) propõem elementos que suportam tal categorização em termos gerais, mas que foi útil para discernir destinações distintas das postagens do corpus em questão, o que sustenta

um diagnóstico das finalidades majoritárias adotadas pelos perfis em seu planejamento e gestão da comunicação. Desta forma, na categoria de divulgação de serviços públicos, foram classificadas postagens relacionadas à publicização de oportunidades – trazidas pela prestação de serviços por instâncias de governo dirigidas por mandatários ou gestores filiados ao partido – que exigiriam ações dos usuários para que fossem usufruídas; tais postagens teriam o papel de chamar os usuários à ação necessária para obter os serviços divulgados, como no exemplo da Figura 1.



Figura 1. Exemplo de postagem em páginas oficiais de juventudes partidárias no Facebook classificada como divulgação de serviços públicos

Na categoria de promoção institucional, foram classificadas postagens que focaram acontecimentos recentes que foram explorados em busca da projeção de realizações de governo de mandatários ou gestores filiados ao partido (Figura 2).



Figura 2. Exemplo de postagem em páginas oficiais de juventudes partidárias no Facebook classificada como promoção institucional

Na categoria de diálogo com o usuário, foram classificadas postagens que buscaram estabelecer interação com os usuários, como enquetes e sondagens em geral (Figura 3).



Figura 3. Exemplo de postagem em páginas oficiais de juventudes partidárias no Facebook classificada como diálogo com o usuário

Associados às 1471 postagens, contabilizamos 977 comentários, número que corresponde ao total de interações em conversação ocorridas no período de análise no corpus selecionado. Classificamos estes 977 comentários em três categorias: 'justificação', 'reciprocidade' e 'respeito', formuladas com base na literatura especializada revisada por Sampaio, Barros e Morais (2012).

A categoria 'justificação' incluiu comentários que buscaram fundamentar suas perspectivas, sendo classificados em uma entre quatro possibilidades: ausência de justificação; testemunhos pessoais; valores morais; fontes externas. A categoria 'reciprocidade'

incluiu comentários que dialogaram diretamente com interlocutores ou terceiros, sendo classificados em uma entre duas possibilidades: ausência de reciprocidade; presença de reciprocidade. A categoria 'respeito' incluiu comentários que não tenham manifestado ofensas aos interlocutores ou a terceiros, sendo classificados em uma entre duas possibilidades: ausência de respeito; presença de respeito. Exemplos de comentários destas três categorias, presentes no corpus analisado, estão na Tabela 1.

Tabela 1: Exemplos de comentários em páginas oficiais voltadas ao jovem de partidos políticos no Facebook, e sua respectiva classificação em categorias de análise de conteúdo

COMENTÁRIO	CLASSIFICAÇÃO
"Cesar Maia e Rodrigo Maia duas vergonhas para democratas". "Papelzinho esse do pcdob".	Ausência de justificção
"Eu trabalhei em um Ciep a época do segundo governo Brizola no Rio, era um sonho tornando-se realidade, crianças que não tinham nada estudando em período integral". "Sou Coordenadora Geral do Diretório Central dos estudantes da UFF e militante da União da Juventude Rebelião/UJR e como participante estive presente no evento tão importante para os debates".	Presença de justificção, testemunho pessoal
"Confio que Deus irá colocar as pessoas certas para presidir nossos jovens". "Se você está triste, desorientado, magoado ou alguma coisa do tipo, (...) procure Deus, ele sim vai te ajudar muito".	Presença de justificção, valores morais

<p>"E qual o motivo que a Venezuela vive nos noticiários?" Porque é o país que possuía maior reserva de petróleo do mundo: http://exame.abril.com.br/.../estes-10-paises-tem-as...". "Oh Maia, que tal colocar em votação o projeto para revogação do estatuto do desarmamento!!! http://oglobo.com/.../bancada-da-bala-faz-nova...".</p>	<p>Presença de justificção, fontes externas</p>
<p>"Por que eu apontar os erros dos tucanos é defender o PT? Que lógica é essa?". "Nunca teve um viva Aécio, nós nunca voltamos com segurança para ameaçar ninguém, não tínhamos segurança, nossos seguranças eram os rapazes que começaram a ir para frente quando jogaram lixo e tentaram nos coagir".</p>	<p>Presença de reciprocidade</p>
<p>"Blá, blá, blá... emprega 1 e desemprega centenas com o desemprego do 'desgoverno' Temer". "Vocês são patéticos. Deixem a classe alta trabalhar, vão continuar ricos do mesmo jeito. Foi assim que a maioria chegou lá, ao invés de estarem fazendo como vocês na tela do computador e gastando saliva para defender político de estimação".</p>	<p>Ausência de reciprocidade</p>
<p>"As divergências, a pluralidade de ideias é uma conquista. Aos poucos a juventude volta ao seu papel". "A hora de cada criminoso chegará. Independente de ser A ou B. Tenho certeza que serão punidos se acharem crimes cometidos...".</p>	<p>Presença de respeito</p>
<p>"Explodir tudo isso aí com vocês juntos, corjas de filhos de uma puta. Bando de sem-vergonha. Bater na cara de um de vocês. Desde o lixo do Aécio até você que escreveu esse texto. Seus lazarentos". "São burros petistas, jumentos defendendo um verme, uma gente destituída de caráter e vergonha na cara, porque se tivessem um mínimo de inteligência não estariam defendendo um ladrão, um chefe de quadrilha. O que o PT fez foi só merda no nosso país".</p>	<p>Ausência de respeito</p>

Fonte: elaboração própria

Adicionalmente à literatura revisada por Sampaio, Barros e Morais (2012), a formulação destas categorias se beneficiou dos parâmetros usuais de análise de conteúdo segundo Bardin (2010) e Krippendorff (2004). As categorias foram delimitadas respeitando-se os critérios de homogeneidade (um único princípio de classificação deve governar a classificação na categoria) e pertinência (o sistema de categorias reflete os objetivos do pesquisador). Expressões, palavras, frases ou trechos de comentários compuseram as unidades de registro, gerando dados passíveis de análise “em vista dos significados, qualidades simbólicas e conteúdos expressivos que possuem e dos papéis comunicativos que desempenham” (KRIPPENDORFF, 2004, p. 44).

As análises de conteúdo foram realizadas pela primeira autora deste artigo e tiveram sua conformidade aos critérios de Bardin (2010) verificada por uma estudante de mestrado, que apontou ajustes e correções necessárias. No entanto, o índice de confiabilidade entre codificadores não foi determinado, em função dos limites do desenho de pesquisa (LOVEJOY *et al.*, 2016; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2018).

Resultados e discussão

Identificamos, no total de 1471 postagens do corpus selecionado, o predomínio da categoria de divulgação de serviços, com 897 postagens (61% do total), seguida por promoção institucional, com 569 (38,7%), e diálogo com o usuário, com 5 (0,3%), conforme Gráfico 1.



Gráfico 1: Distribuição dos resultados obtidos em categorias de finalidades em postagens nas páginas oficiais dos partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook

Fonte: elaboração própria

A predominância (61%) de postagens classificadas na categoria de divulgação de serviços sugere que a preocupação majoritária dos gestores da comunicação das páginas analisadas foi a de posicioná-las como fonte de informação útil aos jovens, na expectativa de ampliar ou assegurar a permanência de seguidores. Associada ao elevado número de postagens classificadas na categoria de promoção institucional (38,7%), que indica a tendência de reforço da projeção de imagem, como uma das razões da existência da comunicação institucional, tal prevalência sinaliza que a forma de exploração da arquitetura da plataforma da rede social adotada pelos partidos políticos não teria sido favorável ao desenvolvimento de diálogo entre os jovens interessados nos temas partidários. Isto corrobora estudos anteriores segundo os quais as expectativas de revitalização democrática

depositadas sobre as plataformas de redes sociais têm sido frustradas, apesar de seu potencial para o desenvolvimento da conversação política (MARICHAL, 2016; PARISER, 2011; RECUERO; ZAGO; SOARES, 2017).

Contraditoriamente, os próprios partidos políticos pareceram menos interessados em fomentar o diálogo em torno de suas propostas ou visões e mais preocupados em promover e distinguir sua imagem entre os jovens. As estratégias de comunicação buscaram, aparentemente, posicionar mandatários e gestores ligados ao partido como fonte de serviços públicos alegadamente fundamentais, sem necessariamente colocar em questão por que motivo seriam tão fundamentais. Buscou-se, sobretudo, mais atrair o voto, e menos trazer elementos cabíveis à formação de opiniões elaboradas para justificar o voto.

Dos 977 comentários registrados nas postagens do corpus selecionado, 669 (68,5%) não apresentaram justificção. Das 308 (31,5%) postagens restantes que apresentaram justificção, 281 (28,8%) contiveram testemunhos pessoais, 21 (2,1%) apresentaram informações provenientes de fontes externas (sempre mídias industriais), e 6 (0,6%), valores morais (Gráfico 2).

Do total de 977 comentários, 191 (19,5%) demonstraram reciprocidade, enquanto 786 (80,5%) não o fizeram, e 619 (63,4%) demonstraram respeito, enquanto 358 (36,6%) não o fizeram (Gráfico 3).

A escassez de diálogo, reciprocidade e justificção indicada por esses resultados sugere a existência de superficialidade nas conversações nas redes oficiais dos segmentos jovens dos partidos. Ainda que as páginas analisadas pudessem ser esperadas como espaço de incentivo e acolhimento da conversação política, por se apresentarem como perfil oficial da

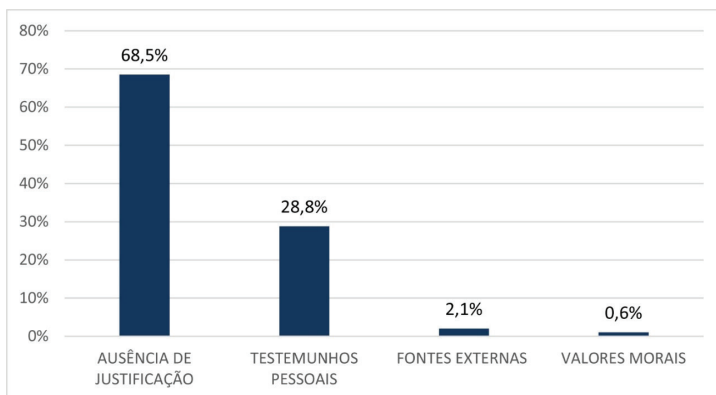


Gráfico 2: Distribuição dos resultados obtidos na categoria "justificação" em comentários de postagens nas páginas oficiais dos partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook

Fonte: elaboração própria

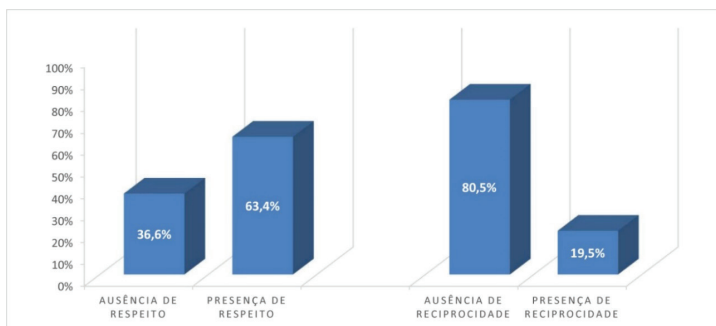


Gráfico 3: Classificação nas categorias de respeito e reciprocidade de comentários em postagens em páginas oficiais de partidos políticos voltadas ao jovem no Facebook

Fonte: Elaboração própria

juventude partidária, os números sugerem que ali também o uso da plataforma de rede social pode ter permanecido circunscrito ao exercício individual de busca de visibilidade e popularidade, no quadro dos comportamentos narcisísticos que parecem dominar

as redes sociais, dificultando o debate e favorecendo a polarização (RÜDIGER, 2015; MARICHAL, 2016; GOMES, 2016).

Os resultados se somam à literatura que questiona o potencial das plataformas de redes sociais para o fortalecimento da vida democrática e indica como tais espaços tendem a ser explorados de formas que geram o fechamento das posições políticas, criando condições que dificultam a negociação democrática (COULDRY; VAN DIJCK, 2015; COULDRY et al., 2014; BRUGNAGO; CHAIA, 2015; MARICHAL, 2016; RECUERO, 2015; 2017).

Ainda que o respeito tenha sido a característica majoritária nos comentários analisados, possivelmente porque as trocas ocorreram em espaços demarcados como pertencentes a grupos de mais homogeneidade, em comparação com o território hostil das páginas de comentários dos jornais, por exemplo, os comentários desrespeitosos exibiram ataques pessoais, discursos de ódio, ironia e repúdio que tendem a confirmar a percepção cada vez mais generalizada de que a rede convida, sobretudo, à radicalização (BRUGNAGO; CHAIA, 2015). Um dos efeitos de tal paisagem digital de trocas online pode ser a frustração dos participantes diante da percepção de que a legitimidade de sua manifestação foi posta em questão. A afronta e a tentativa de deslegitimação comprometem a expectativa do uso da rede para a criação de capital social (RECUERO, 2013).

Em particular, a escassez de reciprocidade sugere a atividade dos denominados filtros-bolha, efeitos de algoritmos que medem popularidade, conectividade e relacionamentos, fazendo com que o usuário receba, preferencialmente, conteúdo similar ao que curte,

compartilha ou comenta, o que tenderia a reforçar seus pontos de vista – por parecerem majoritários –, dificultar a receptividade a visões alheias – por parecerem minoritárias – e desencorajar os esforços necessários ao engajamento para estabelecer diálogo (COULDRY; VAN DIJCK, 2015). Impelidas pelos filtros-bolha, as câmaras de eco seriam obstáculos efetivos à democracia (RECUERO; ZAGO; SOARES, 2017).

Além disso, a escassez de justificação indica que estiveram pouco presentes as qualidades típicas da deliberação habermasiana, que requer condições que incluem a igualdade nas interlocuções; o reconhecimento do direito e da dignidade de cada manifestação; o acesso a informações corretas, contextualizadas e plurais; a ponderação sobre o mérito das próprias posições e reivindicações; a existência das capacidades cognitivas necessárias à construção argumentativa; e o incentivo à exposição da diversidade de pontos de vista.

Considerações finais

Este artigo apresentou os resultados de pesquisa empírica das páginas oficiais das juventudes partidárias no Facebook. Análise de conteúdo foi empregada para diferenciar as finalidades das 1471 postagens publicadas no período de um ano (março de 2017 a fevereiro de 2018) em oito páginas oficiais (DEM; MDB; PDT; PP; PSC; PSDB; PSTU; PT) e distinguir características dos 977 comentários publicados em torno daquelas postagens.

Os resultados corroboram estudos anteriores segundo os quais as potencialidades do uso das plataformas de redes sociais para o desenvolvimento de

qualidades necessárias ao debate democrático não têm sido exploradas adequadamente. Os dados indicam a prevalência de uso da rede pelos partidos para divulgação de serviços públicos e promoção institucional, em detrimento das formas de diálogo. Nos comentários, foram identificadas características que sugerem o efeito de filtros-bolha e câmaras de eco, que tendem a dificultar o surgimento de condições propícias à conversação política típica de esferas inspiradas nas qualidades da deliberação habermasiana.

As análises apresentam-se circunscritas ao desenho de pesquisa, limitado em função do recorte do corpus, necessário para viabilizar a análise, e de seus próprios objetivos, centrados em buscar indicadores da qualidade de conversação política em espaços específicos de uma plataforma de rede social, à luz de estudos anteriores que sugerem a difícil realização do potencial democrático das plataformas de redes sociais.

Oportunidades de transformação desse cenário poderiam advir de estratégias de planejamento de uso das páginas oficiais das juventudes partidárias. Gestores assumindo as funções de criação de conteúdo apropriado como forma de incentivo ao diálogo e moderação de debates poderiam ser decisivos para o aperfeiçoamento das páginas, em direção ao seu uso para finalidades de desenvolvimento de qualidades necessárias ao debate democrático, em especial a justificação e a reciprocidade.

Na criação de conteúdo adequado para motivar o engajamento no diálogo, uma saída viria da formulação de questões que convidassem à apresentação de justificações qualificadas com a citação de fontes

externas. Na moderação de debates, uma medida viria da exposição de regras claras de participação, prevendo a exclusão ou edição de comentários desrespeitosos. A pesquisa de outras estratégias de aperfeiçoamento, tanto já em prática quanto potenciais, coloca-se como tarefa para estudos futuros.

Referências

- ALTHEMAN, F.; MARQUES, A. C. S.; MARTINO, L. M. S. Comunicação nos movimentos insurgentes: conversações políticas on-line durante a ocupação de escolas em São Paulo. **Esferas**, v. 6, n. 10, p. 82-94, jan/jun 2017.
- ANTUNES, B. A internet de pessoas: a web 3.0, a exposição dos usuários nas mídias sociais e a polarização de ideias na rede. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 20, n. 20, p. 191-203, 2016.
- BARROS, S.; CARREIRA, R. O Facebook como plataforma para o comentário de notícias: uma análise da deliberatividade em cinco temas. In: MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. (org.) **Deliberação online no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- BENHABIB, S. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, A. C. S. (org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas (textos fundamentais)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 109-142.
- BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2015.
- COULDRY, N.; VAN DIJCK, J. Researching social media as if the social mattered. **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, p. 1-7, 2015.
- COULDRY, N.; STEPHANSEN, H.; FOTOPOULOU, A.; MACDONALD, R.; CLARK, W. E DICKENS, L. Digital citizenship? Narrative exchange and the changing terms of civic culture. **Citizenship Studies**, v. 18, n. 6-7, p. 615-629, 2014.

FRENETTE, M.; VERMETTE, M. Os jovens adultos e a esfera pública digital: uma perspectiva intercultural. **Comunicação e Sociedade**, v. 23, p. 14-35, 2013.

FUCHS, C. Mídias sociais e esfera pública. **Contracampo**, v. 34, n. 3, p. 5-80, 2016.

GOMES, W "Nós somos a rede social!" In: MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A.; FIGUEIRAS, F. (orgs.) **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 367-390.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade**. Volume 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

FISHKIN, J. **Quando o povo fala: democracia deliberativa e consulta pública**. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (org.) **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992, p. 109-142

HALPERN, D. M.; ROSENBERG, A.; CARDINI, E. A. Who are those Green Guys? Understanding online activism in Chile from a communication perspective. **Palavra Chave**, v. 16, n.3, p. 729-759, 2013.

LOVEJOY, J., WATSON, B. R.; LACY, S.; RIFFE, D. Three decades of reliability in communication content analyses: reporting of reliability statistics and coefficient levels in three top journals. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 93, n. 4, p. 1135-1159, 2016.

LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 296-312, 2016.

MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. **Intexto**, n. 34, p. 492-512, 2015.

MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A.C.S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas (textos fundamentais)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 207 -238.

MARICHAL, J. Political Facebook groups: micro-activism and digital front stage. **First Monday**, v. 18, n. 12, 2013.

MARICHAL, J. **Facebook democracy**: the architecture of disclosure and the threat to public life. Nova York: Routledge, 2016.

MARQUES, A.; MAFRA, R.; MARTINO, L.M.S. Um outro olhar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos políticos no âmbito das organizações. **Dispositiva**, v. 6, n. 9, p. 76-92, 2017.

NORRIS, P. **Digital divide**: civic engagement, information poverty and the internet worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. OCDE. **Promise and problems of e-democracy**: challenges of online citizen engagement. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2003.

OLIVEIRA, R. A. *et al.* Política e juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil. **Debates**, v. 10, n. 3, p. 189-222, 2016.

PARISER, E. **The filter bubble**. New York: Penguin, 2011.

PENTEADO, C.; AVANZI, C. Redes sociais e participação política: estudo do debate sobre o novo Código Florestal no Facebook. In: CONGRESSO COMPOLÍTICA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5. 2013. Curitiba. **Anais[...]**. Curitiba: Compolítica, 2013, p.1-23.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Compolítica, 2011.

RABIN, M. L. R; BACICH, L. O protagonismo juvenil na era digital. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 2, Edição Especial, p. 40-54, 2018.

RECUERO, R. ZAGO, G. Em busca das "redes que importam": redes sociais e capital social no Twitter. **Líbero**, v. 12, n. 24, p. 81-94, 2009.

RECUERO, R. O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporanea: comunicação e cultura**, v. 10, n. 3, p. 597-617, 2012.

RECUERO, R. Atos de ameaça a face e a conversação em redes sociais na internet. In: PRIMO, A. (org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 51-70.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; SOARES, F.B. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. In: ENCONTRO ANUAL DA COM-PÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Compós, 2017.

ROSSINI, P. G. C.; OLIVEIRA, V. V. E-democracy and collaborative lawmaking: the discussion of the political reform in Brazil. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 4620-4640, 2016.

RÜDIGER, F. As redes e a armação: da cultura do narcisismo ao fetichismo tecnológico. In: LOPES, M. I. V.; KUNSCH, M. M. K. (orgs.) **Comunicação, cultura e mídias Sociais**. São Paulo: ECA-USP, 2015, p. 33-54.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S.A.R.; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. **Opinião Pública**, v. 18, n 2, p. 470-489, 2012.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 31-47, 2018.

SIBILIA, P. **La intimidad como espectáculo**. Buenos Aires: Fonde de cultura econômica, 2008.

SILVA, A. P.; GONZALEZ, W. Facebook e participação política: o que dizem os jovens do #OcupaAlemão. **Horizontes**, v. 34, n. 1, p.159-172, 2016.

SILVA, L. R. L.; SAMPAIO, R. C. Impeachment, Facebook e discurso de ódio: a incivildade e o desrespeito nas fanpages das senadoras da República. **Esfemas**, v. 6, p. 95-107, 2017.

SILVA, L. R. L. et al. A gestão do discurso de ódio nas plataformas de redes sociais digitais: um comparativo entre Facebook, Twitter e Youtube. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 470-492, 2019.

SIMÕES, J.A.; CAMPOS, R. Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 130-150, 2016.

UN. UNITED NATIONS. **Young Civic Engagement** – World Youth Report. New York, 2014.

VASCONCELOS FILHOS, J. M.; COUTINHO, S. **O ativismo digital brasileiro**. São Paulo: Fundação Abramo, 2016.

Dados dos autores

Kátia Viviane da Silva Vanzini

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-7625-7281>

Universidade Estadual Paulista

Mestre e doutora em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp (Universidade Estadual Paulista)

Daniilo Rothberg

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-3103-8154>

URL <http://www.faac.unesp.br>

Universidade Estadual Paulista

Doutor em Sociologia pela Unesp (Universidade Estadual Paulista). Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp. Pós-doutorado pela Open University, Inglaterra (Visiting Research Fellow, 2006-2007) e pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), onde foi bolsista Prodoc/Capes (2008-2009) no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS - UFSCar). Pesquisador visitante em University of Warwick, King's College London e Open University (Reino Unido).